

A REDAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: COMPETÊNCIAS E DESAFIOS PELA PERSPECTIVA DOCENTE E INSTITUCIONAL

Esley Porto; Fábio Alves Prado de Barros Lima

Universidade Estadual da Paraíba – esleyporto1@hotmail.com; Universidade Federal de Campina Grande –
fabioapdbl@gmail.com

Resumo: O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma das principais formas de ingresso para as universidades públicas e privadas do Brasil. A divisão do certame se dá através de cinco provas, sendo uma delas a de produção textual, em que os candidatos devem redigir um texto dissertativo-argumentativo sobre a temática que fora solicitada. Para tanto, os participantes têm como orientação os textos motivadores disponibilizados, e devem elaborar uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Na contemporaneidade, percebe-se a grande dificuldade encontrada pela comunidade docente em desenvolver um trabalho eficaz quanto à criação textual, tendo como principais fatores a falta de leitura e escrita deficitária e, até mesmo, a ausência de capacitação dos professores, uma vez que o gênero discursivo cobrado ainda está em processo de amadurecimento. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem o objetivo de discutir as possíveis formas de inserir uma prática docente efetiva, construtiva e interdisciplinar que possibilite um coerente processo de ensino aprendizagem no cenário da produção de texto. Utilizou-se a metodologia teórico-bibliográfica a fim de analisar escritos que tratem a respeito da temática ora analisada, como, por exemplo, a Cartilha do Participante, que traz considerações sobre a redação no exame. Através da pesquisa, percebeu-se a importância do planejamento e da atuação conjunta de toda a equipe institucional – professores, coordenadores, alunos, orientadores, etc. – a fim de diminuir os obstáculos e, assim, trilhar bons resultados no ensino de produção textual, nesse momento de formação.

Palavras-chave: Exame Nacional do Ensino Médio, Produção Textual, Texto Dissertativo-Argumentativo.

1. INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma das mais conhecidas formas de ingresso às Instituições de Ensino Superior, no Brasil. Utilizado como parâmetro para seleções como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e para Financiamento Estudantil (FIES), é feito por grande maioria dos estudantes do ensino médio, sejam os concluintes, que cursam a terceira série, ou os alunos da primeira e segunda série – conhecidos, popularmente, como “treineiros” – que podem prestar o exame como medida de se adaptarem a estrutura da prova, ganhando, assim, experiência.

Contando com cinco provas de diversas áreas de conhecimento, uma das que mais são discutidas pelos candidatos é a prova de Redação. Deve ser redigido um texto dissertativo-argumentativo sobre a temática solicitada no certame, apresentando argumentos que defendam



uma tese. O estudante deverá, também, escrever uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos e que busque amenizar os problemas discutidos no tema.

De acordo com dados publicados pelo Ministério da Educação, apenas cinquenta e três candidatos – de um total de 6.731.344 inscritos – conseguiram atingir a nota máxima na prova de produção textual do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2017. Em contrapartida a tal informação, esta edição do exame registrou o maior número de redações zeradas, nos últimos anos. É visível, destarte, a necessidade em abordar tal temática, inclusive por ainda ser um campo pouco confortável para os alunos e professores da educação básica.

Dessa forma, pautando-se pela inquietação existente a respeito dos inúmeros desafios presentes no ensino de produção textual, na educação básica – sobretudo, no Ensino Médio – e procurando refletir sobre a redação no Exame Nacional do Ensino Médio, questiona-se: Quais são os principais desafios enfrentados pela prática pedagógica de produção textual, na atualidade? Como deve ser construído o texto dissertativo-argumentativo, tendo como base as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)?

Para tanto, buscando responder os questionamentos que guiaram o presente estudo, foi utilizada a pesquisa teórico-bibliográfica, que tem a função de analisar escritos sobre determinada temática, a fim de apresentar esclarecimentos e informações relevantes que possam contribuir de forma social e efetiva, na construção do saber intelectual e prático.

2. METODOLOGIA

A metodologia quanto a consecução dos objetivos propostos pelo trabalho é descritiva, ao passo em que, através da pesquisa bibliográfica, serão coletadas informações que possibilitem o desenvolvimento de uma descrição acerca da temática.

Dessa forma, foram utilizados trabalhos já finalizados e publicados na área da referida temática, que apresentam grande relevância, e que encontram-se dispostos nos mais diversos meios: artigos, livros, revistas, artigos eletrônicos, dentre outros, e que possibilitaram uma maior discussão da problemática em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Exame Nacional Do Ensino Médio: Evoluções E Concepções

A entrada ao Ensino Superior exige, na maioria dos país, a aplicação de políticas de acesso e processos seletivos de submissão aos candidatos. No Brasil, grande parte das universidades públicas



e privadas utilizou, por muito tempo, o vestibular tradicional como meio de admissão do candidato, onde aplicavam-se provas objetivas e subjetivas, formulados por equipes locais da universidade, das disciplinas que mais convergiam à área do curso em que o candidato pretendia ingressar.

No ano de 1998, o Governo Federal criou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), inicialmente com o objetivo apenas de avaliar o desempenho e as habilidades dos estudantes em conclusão da formação básica. Durante muito tempo, o exame foi utilizado, de fato, apenas como um instrumento avaliativo, sem o objetivo de ser utilizado como um meio de ingresso ao ensino superior, quadro que foi sendo alterado com o tempo.

A criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e considerado um dos principais marcos para a maior visibilidade do certame, uma vez que, era a partir da pontuação obtida no Enem, que os estudantes poderiam candidatar-se à bolsas integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior.

Apesar desse marco, foi a partir de 2009, através de medidas governamentais, que o Enem passou a ser utilizado não apenas como um processo avaliativo, mas também como uma forma de acesso ao ensino superior. A principal medida a ser citada, foi a utilização do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que passou a ser operado em grande escala no processo de admissão de candidatos às vagas de universidades públicas, federais e estaduais (SILVEIRA, BARBOSA, SILVA, 2015).

Uma das principais vantagens dessa potencialização do Enem e consequente aplicação do Sisu, foi a ampliação e facilidade na escolha da universidade no momento da candidatura da vaga, assim como apontam Silveira, Barbosa e Silva (2015, p. 3):

Um dos aspectos positivos de um exame nacional e de um sistema como o Sisu é o favorecimento da mobilidade dos estudantes para instituições de ensino superior nos mais variados locais do país, possibilitando também que sujeitos oriundos de regiões menos desenvolvidas desloquem-se para outras mais desenvolvidas. Esta mobilidade é interessante não somente para a criação de lideranças em todos os estados da federação, mas igualmente para estabelecer um ambiente multicultural em nossas universidades.

A utilização desse sistema reflete, assim, na democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior, sendo um mecanismo de ampliação do ingresso e da mobilidade acadêmica e trazendo impactos diretos na reestruturação das bases curriculares do Ensino Médio, assim como será aprofundado posteriormente.

Com essa potencialização, percebe-se que a cada ano o número de inscritos no exame têm crescido consideravelmente, uma vez que o governo federal tem o objetivo de, progressivamente, unificar a forma de ingresso nas universidades, transformando a prova em uma espécie de ponte entre o ensino básico e o superior.



O exame é dividido em cinco provas, distribuídas em dois domingos. No primeiro domingo, os candidatos fazem as provas de linguagens e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias e a prova de redação. No segundo domingo, por sua vez, é realizada a prova de ciências da natureza e suas tecnologias, bem como matemática e suas tecnologias.

3.2 A Prova de Produção Textual No Enem

A construção de uma produção textual é uma das etapas que acompanha os vestibulares há muito tempo. Nos antigos vestibulares tradicionais, no entanto, na maioria das vezes, o gênero textual da prova de redação não era divulgado com antecedência, o que trazia uma preocupação exacerbada aos candidatos, uma vez que deveriam preparar-se para quaisquer dos gêneros, podendo ser instigados a escrever cartas, crônicas, ou até mesmo artigos de opinião ou palestras.

No Enem, contudo, esse quadro é diferente, visto que o gênero textual cobrado é divulgado de modo explícito, no próprio Manual de Redação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os documentos oficiais apontam o gênero como princípio organizador do texto e instrumento de ensino, no entanto, a produção textual deve ser escrita em prosa, ou seja, em parágrafos, sendo em formato de texto dissertativo-argumentativo.

Definir o que seria esse texto e como se dá a construção analítica desse princípio é uma tarefa bastante complexa, mas é pacífico o entendimento de que este, obrigatoriamente, deve ter coerência de sentido, uma vez que será utilizado como instrumento de comunicabilidade.

Para que possam confeccionar o texto de acordo com os parâmetros exigidos pelo exame, os candidatos dispõem de uma cartilha, cujo objetivo é deixar transparente quais são as competências avaliativas e como se dá a distribuição da pontuação em cada uma delas. De acordo com as palavras dos idealizadores desse projeto, o “objetivo é tornar o mais transparente possível a metodologia da correção da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas.” (INEP, 2013, p. 3).

Durante a realização da referida prova, por sua vez, o candidato dispõe de alguns textos motivadores que possam ajudá-lo a entender melhor a proposta em questão. Esses textos podem ser apresentados em diversas formas, como notícias, dados estatísticos, quadrinhos, dentre diversos outros gêneros textuais. Vale frisar que o candidato não pode utilizar os textos motivadores durante a sua produção textual, uma vez que aqueles devem resumir-se a serem utilizados exclusivamente como uma “base”, ou como dito anteriormente, como uma motivação.

A partir daí, o candidato deve preocupar-se, então, em construir um texto em que possa expressar o seu posicionamento acerca da problema ora proposta. Assim, o texto deverá ter o



propósito de expressar a opinião do candidato, em formato de tese, sobre a problemática social que fora proposta como tema, apresentando argumentos e uma proposta de intervenção que busque solucionar o impasse discutido.

Sendo um texto dissertativo-argumentativo, a produção deve apresentar marcas tanto da dissertação quanto da argumentação. Em suma, o texto deve apresentar fatos acerca da temática em questão, possuindo uma vertente mais expositiva da escrita, e deve estar aliado à utilização de argumentos e dados que convençam o leitor – no caso em questão, o corretor e avaliador da produção – de que o ponto de vista do candidato é coerente a argumentação, ora utilizada.

No que diz respeito às competências avaliativas, segundo os documentos oficiais, são utilizadas cinco competências, cada uma com seus critérios de pontuação que, em suas variantes, podem atribuir de 0 (zero) a 200 (duzentos) pontos na referida competência.

A primeira competência utilizada, diz respeito ao domínio da norma culta da língua escrita. Os critérios de correção variam da demonstração de conhecimento “precário” da norma culta, com graves e frequentes desvios gramaticais; demonstração de conhecimento “razoável”, quando a falta gramatical constitua em desvio da sintaxe; passando pelo domínio mediano, bom, até chegar no excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro.

A segunda competência, por sua vez, preocupa-se em avaliar se o candidato conseguiu compreender a proposta da redação e pôde, a partir de então, aplicar os conceitos de várias áreas do conhecimento no seu desenvolvimento. Em suma, tal competência traz os seguintes critérios de correção: zero pontos para as possibilidades de fuga ao tema e/ou não atendimento à estrutura do gênero textual exigido, passando por diversos níveis de consistência de argumentação.

Já a terceira competência visa analisar se o candidato obteve êxito na reunião e organização das suas informações, fatos e opiniões. É nesse momento que o corretor irá analisar como se deu a construção da tese do candidato, se os seus dados argumentativos estão em consonância com o tema e se apresentam relevância, bem como se a aproximação desses dados com o textos motivadores. Logo, buscar analisar, também, a originalidade e organização do candidato na organização do seu texto.

Na quarta competência, o corretor busca analisar se o candidato conseguiu demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. É nesse ponto que o avaliador irá avaliar se o texto apresenta coesão e um sequenciamento coerente, bem como se o candidato utilizou de mecanismos suficientes para a construção de um “encadeamento” textual.



Chegamos, então, a última competência, onde o corretor poderá avaliar se o candidato conseguiu elaborar uma proposta de intervenção para o problema abordado. Nesse momento, é de suma importância que o candidato apresente propostas originais para uma possível solução do problema, devendo sempre atentar-se ao respeito dos direitos humanos. Aqui, o candidato deve ater-se em analisar os parágrafos construídos anteriormente, uma vez que, como dito anteriormente, deve apresentar um sequenciamento lógico, preocupando-se com a sua tese, com a utilização de argumentos e com a elaboração de uma proposta de intervenção detalhada, objetivo principal da produção textual em questão.

3.3 Processo De Ensino-Aprendizagem De Redação Na Contemporaneidade

Feitas as devidas considerações acerca do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), das competências avaliativas e do gênero cobrado na prova de produção textual, é importante tecer algumas reflexões sobre os desafios enfrentados pelos docentes em colocar em prática o ensino de redação, em sala de aula. Percebe-se, de início, a grande importância do desenvolvimento de um projeto de ensino em língua portuguesa, que abarque a questão, fazendo com que os obstáculos relacionados à redação no ENEM sejam, paulatinamente, superados e refletidos em conjunto por toda a comunidade escolar. Com isso, conseqüentemente, o ingresso dos alunos envolvidos à instituições de ensino superior de qualidade será otimizado, fazendo com que eles possam trilhar caminho nos cursos que almejam seguir carreira profissional, no futuro.

Torna-se evidente, portanto, a função social de pensar em metas no momento de planejar as aulas de produção textual, surgindo com o intuito de que os alunos do Ensino Médio, sobretudo da terceira série do Ensino Médio, se adequem, progressivamente, à prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dessa forma, é necessário que cada vez mais seja discutido didáticas de ensino para que os professores reflitam sobre as aulas de língua portuguesa, a fim de pensar sobre questões atinentes ao gênero dissertativo-argumentativo, colocando em prática a produção escrita – que, na maioria das vezes, não existe ou é deveras deficiente. Com isso, os estudantes terão cada vez mais acesso à escrita formal, cobrada na prova, aumentando a probabilidade de alcançarem um melhor desempenho.

Em grande maioria dos casos, os docentes de língua portuguesa deixam de trabalhar a produção textual, no cotidiano das aulas, por não terem motivação e por se depararem com o constante desinteresse dos alunos de escreverem redações e produzirem textos. Assim como fora pontuado por Ilari (1997), trabalhar a redação, no ambiente escolar, é uma tarefa pouco gratificante. Para o reconhecido autor, esta prática pedagógica precisa, necessariamente, ser relacionada com o



processo de leitura, pontuando três passos para que o ensino de redação seja positivo, nos seguintes termos:

Essa situação é relativamente antiga, e tem motivado reflexões pedagógicas que condicionam uma prática eficiente da redação à satisfação de três exigências: importância da leitura dos “bons autores”; observação prévia, pelo aluno, dos “fatos” que são assunto da redação e certeza de que o aluno esteja efetivamente motivado para redigir (Ilari, 1997: p. 69).

Assim como foi pontuado, os discentes precisam reconhecer a importância da leitura, que possibilita, inclusive, que os seus “dicionários internos” sejam ampliados, contribuindo para o aperfeiçoamento e melhoria dos seus respectivos vocabulários. A partir disso, haverá um melhor desempenho na competência relativa ao uso adequado da língua portuguesa, pela perspectiva da linguagem culta e formal. Apresentar conhecimentos que estão intimamente relacionados com o tema solicitado na prova, assim como, saber as peculiaridades do gênero, também se mostram como fatores importantes. Portanto, é de grande importância, por exemplo, a realização de debates e discussões que tragam a reflexão de assuntos socialmente refletidos, além da escrita monitorada pelo professor.

4. CONCLUSÕES

Discutir acerca do processo de ensino-aprendizagem da redação, no contexto da contemporaneidade, é de suma importância para contribuir para a existência de uma educação básica cada vez mais positiva e caracterizada por sua boa qualidade. O Ensino Médio é um momento decisivo para todo estudante, sobretudo aquele matriculado na terceira série. A tensão do vestibular e do ingresso ao ensino superior faz com que todos os desafios, já existentes, ganhem ainda mais repercussão psicológica e social.

Dessa forma, debater sobre a prova de produção textual do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), faz com que o professor consiga dar o suporte necessário e as orientações adequadas para os discentes que, também, são candidatos de um dos maiores certames avaliativos do país.

Com medidas como a escrita monitorada e a utilização da Cartilha do Participante do ENEM, os alunos terão acesso à informações importantes que os ajudaram a obterem êxito na prova de redação do exame, contribuindo para as suas inserções nas universidades públicas e privadas do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: Encontro & Interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1996.

FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco Savioli. **Lições de texto: Leitura e redação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

INEP. **A redação no Enem 2013: guia do participante**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_participante_redacao_enem_2013.pdf. Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma. Uma nova maneira de avaliar as competências escritoras na redação do ENEM. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 65, p. 585-598, Dec. 2009

Parâmetros Curriculares Nacionais: **Ensino Médio**. Ministério da Educação. Brasília, 1999.

SILVEIRA, Fernando Lang da; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; SILVA, Roberto da. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. *Rev. Bras. Ensino Fís.*, São Paulo, v. 37, n. 1, 1101, Mar. 2015.